



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE IMIGRANTE**

**PROJETO DE LEI Nº 150/2025**

**ALTERA O ARTIGO 3º DA LEI  
2.613/2024, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**GERMANO STEVENS**, Prefeito Municipal de Imigrante, Estado do Rio  
Grandedo Sul.

**FAÇO SABER** que encaminhei à Câmara Municipal de Vereadores para  
análise e votação o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º.** Fica prorrogado o prazo de vigência do(s) contrato(s)  
administrativo(s) mencionados no artigo 3º da **Lei Municipal nº 2.613/2024**, passando a(s)  
suas(s) vigência(s) para até o final no ano letivo de 2026.

**Art. 2º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta  
das dotações orçamentárias próprias do Município, suplementadas se necessário.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Imigrante, 08 de dezembro de 2025.

Registre-se e Publique-se

**GERMANO STEVENS**  
Prefeito Municipal



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE IMIGRANTE**

**Imigrante, 08 de dezembro de 2025.**

**Mensagem Justificativa Projeto de Lei nº 150/2025**

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei que “altera o prazo de vigência do contrato expresso no artigo 3º da legislação municipal específica que autorizou a contratação, prorrogando a vigência contratual até o final do ano letivo de 2026”. A medida tem por objetivo assegurar a continuidade dos serviços educacionais prestados, evitar a descontinuidade das atividades essenciais e conferir segurança jurídica à execução do ajuste, em consonância com o interesse público e com o planejamento das ações municipais na área da educação.

A prorrogação pretendida será realizada de forma única e limitada até o final do ano letivo de 2026, não se admitindo novas prorrogações após esse período, o que preserva o caráter transitório das contratações e observa os princípios da legalidade, da economicidade e da responsabilidade na gestão de pessoal e dos recursos públicos.

As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Município, suplementadas se necessário, em estrita observância à legislação orçamentária, financeira e fiscal vigente. Diante do exposto, considerando o relevante interesse público envolvido e a necessidade de manutenção regular dos serviços prestados à comunidade, submeto o presente Projeto de Lei à análise e aprovação de Vossas Excelências.

Atenciosamente,

**GERMANO STEVENS**  
Prefeito Municipal